



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2023 CONCORRENCIA PUBLICA Nº 006/2023

ABERTURA DIA 17 DE MAIO DE 2023
ÀS 10 HORAS

CNPJ 18.675.934/0001-99

E-mail: licitacaomunhoz2022@gmail.com com Telefax: (35) 3466-1393

Praça José Teodoro Serafim, 400 - Munhoz - MG - CEP 37.620-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2023 EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2023

A Prefeitura de Munhoz (MG) torna pública que, em obediência ao que preceituam as normas gerais da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores e respectivas legislações correlatas, bem como as demais normas que regem a matéria, fará realizar licitação por meio do **Processo Licitatório nº 104/2023, Concorrência Pública nº 006/2023, DO TIPO MAIOR OFERTA** em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, e com as Resoluções nº 3.402/06, nº 3.424/06 e nº 3.522/11, do Banco Central do Brasil – BACEN, cujo objeto principal é a **SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OFICIAL PARA A CESSÃO ONEROSA DO DIREITO DE EFETUAR O PAGAMENTO DA FOLHA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.**

O recebimento de todos os envelopes dar-se-á na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações - "CPL", na Praça José Teodoro Serafim, nº 400, Centro no Município de Munhoz - MG, sendo que sua abertura dar-se-á no mesmo local.

- **Recebimento dos envelopes: até as 09h45min do dia 17 de maio de 2023;**
- **Sessão de Abertura: às 10hmin, na mesma data, em ato público.**

O Edital e seus anexos poderão ser retirados no mesmo local acima, no horário das 09:00h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h nos dias úteis. Demais informações poderão ser obtidas junto a Departamento de Licitações, no telefone (35)3466-1393 e/ou e-mail: licitacaomunhoz2022@gmail.com, site: <http://munhoz.mg.gov.br/>.

RELAÇÃO DE ANEXOS: Integram de maneira indissociável este edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos I e II.

1.OBJETO: seleção de instituição financeira oficial para a cessão onerosa do direito de efetuar o pagamento da folha dos servidores públicos do Município, incluindo-se o serviço de realizar o pagamento dos servidores públicos municipais, ativos e inativos, estatutários, celetistas e contratados temporários, da Administração Direta, em número



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

aproximado de 328 (trezentos e vinte e oito) funcionários podendo ocorrer variações, para mais ou para menos, ao longo do período do contrato, podendo ocorrer variações para mais ou para menos, ao longo do período do contrato.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar da presente Concorrência Pública as instituições financeiras oficiais que atenderem a todas as exigências deste Edital e seu Anexo, inclusive quanto à documentação.

2.2. Não será admitida a participação de instituições financeiras que se encontrem:

- a) em regime de intervenção ou liquidação extrajudicial;
- b) impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal de Munhoz e as declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública.

2.4. As participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste edital, das condições gerais e particulares da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do contrato.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1. Os interessados em participar desta licitação, deverão entregar até o dia, horário e local designados no preâmbulo, 02 (dois) envelopes fechados e lacrados, os quais, além da Razão Social da firma licitante e dos dizeres “Prefeitura de Munhoz” deverão conter, respectivamente, o seguinte:

a) Processo Administrativo nº. 104/2023 - Concorrência Pública nº 006/2023 - Envelope nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

b) Processo Administrativo nº 104/2023- Concorrência Pública nº 006/2023 - Envelope nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL

3.2. Os envelopes supracitados deverão conter, respectivamente, documentação e proposta comercial da proponente.

3.2.1. A documentação para habilitação deverá ser apresentada em conformidade com o item 5 – Documentação relativa à habilitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.2.2. Os elementos constantes da proposta comercial deverão ser cotados conforme o item 6 – Critérios de apresentação julgamento das propostas comerciais.

3.3. EM SEPARADO DOS ENVELOPES, de modo a viabilizar a capacidade de intervenção da empresa proponente, deverá ser apresentada procuração para o representante da licitante, observado o seguinte:

3.3.1. A procuração, se feita por instrumento particular, deverá estar com firma reconhecida, bem como acompanhada de documentação que comprove que o outorgante tem competência para delegar poderes;

3.3.2. Em se tratando de instrumento público, bastará a apresentação do traslado ou cópia autenticada apresentando ainda:

3.3.3. Cópia do contrato social, com suas últimas alterações, ou da última, desde que consolidada, ou Certificado de Registro Cadastral da Prefeitura de Munhoz, onde conste o nome do representante legal com poderes para representar a empresa.

3.3.4. Será indeferido o credenciamento do representante sempre que não forem apresentados os documentos necessários à sua correta identificação ou quando for verificado que não possui poderes suficientes para praticar atos no decorrer da sessão;

3.3.5. Em qualquer dos casos o representante deverá identificar-se perante a Comissão Permanente de Licitações, sendo que a inobservância nos termos deste item, não impedirá a participação da licitante na presente licitação, mas inviabilizará a sua capacidade de manifestação.

3.3.6. Toda documentação mencionada, quando apresentada em cópia, deverão estar autenticadas, ou apresentadas juntamente com o original, anteriormente a abertura dos envelopes a fim de ser autenticada pelo setor de Licitação.

3.4. Não serão considerados os envelopes apresentados após o prazo indicado no preâmbulo, bem como aqueles entregues a tempo, mas em local diferente do determinado e que não tenham chegado à Comissão Permanente de Julgamento de Licitações até o final do prazo de recebimento estabelecido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

4. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1. A Licitante deverá apresentar dois envelopes que conterão:

5. DO ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO:

5.1. O envelope nº 01 deverá conter a seguinte documentação:

5.1.1. Ato Constitutivo da instituição, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.2. Autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil;

5.1.3. Declaração do Banco Central do Brasil de que não se encontra em regime de intervenção ou liquidação extrajudicial;

5.1.4. Certidão de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

5.1.5. Certidão de regularidade de situação perante o INSS (CND);

5.1.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C. N. P. J.);

5.1.7. Certidão de regularidade de Tributos Municipais, expedido pelo Município no qual esteja localizado o estabelecimento do licitante;

5.1.8. Certidão de regularidade de Tributos Estaduais, expedida pela Unidade da Federação na qual esteja localizado o estabelecimento do licitante;

5.1.9. Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

5.1.10. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02;

5.1.11. Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT).

5.1.12 Autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil;

5.1.13. Declaração do Banco Central do Brasil de que não se encontra em regime de intervenção ou liquidação extrajudicial;

5.1.14. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

5.2. Os documentos acima relacionados, se apresentados na forma de cópias reprográficas, deverão estar autenticados, ressalvados aqueles obtidos por meio da internet. As



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

autenticações poderão ser feitas em Cartório competente, ou no Setor de Compras e Licitações (sem ônus) desta Prefeitura, até 01 (um) dia de antecedência à data de abertura da proposta, em horário de expediente.

6. DO ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA:

6.1. Os licitantes deverão apresentar suas propostas redigidas em língua nacional, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, que prejudiquem a perfeita interpretação, e assinadas por seu representante legal;

6.2. **A oferta pela cessão do direito de efetuar o pagamento da folha dos servidores deverá ser expressa em moeda corrente nacional, com até duas casas decimais após a vírgula, e não poderá ser de valor inferior a R\$ 105.360,44 (cento e cinco mil, trezentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos).**

Observação 1: O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, a contar do seu recebimento, sendo este o prazo subentendido no caso de não haver indicação de outro maior.

Observação 2: A proposta poderá seguir o modelo do Anexo II.

7- DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO

7.1. No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, e na presença dos interessados, será declarado pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações o início da sessão de abertura dos envelopes, quando, então, serão credenciadas as licitantes ou os seus representantes que se fizerem presentes, nos termos já delineados neste edital.

7.1.1. As licitantes far-se-ão representar nas sessões por apenas 01 (um) procurador ou pessoa expressamente credenciada, não sendo permitida a uma mesma pessoa representar mais de uma licitante.

7.1.2. A ausência de procurador ou pessoa credenciada, bem como a falta de apresentação de procuração, não implicará na inabilitação da licitante ou desclassificação de sua proposta, entretanto impossibilitará sua capacidade de intervenção no decorrer da sessão.

7.2. Em primeiro lugar serão abertos os **Envelopes nº 01** - Documentos de Habilitação, cujo conteúdo será examinado e rubricado pelas licitantes, seus representantes desde que presentes e credenciados, bem como pelos membros da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, sendo que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.2.1. Caberá à Comissão Permanente de Julgamento de Licitações decidir se procederá a análise da documentação na mesma sessão ou em outra específica;

7.2.2. A análise supra referida, diz respeito à verificação de conformidade da documentação apresentada em relação às exigências de habilitação;

7.2.3. Após esta análise a Comissão divulgará os nomes das empresas licitantes habilitadas para a fase seguinte da licitação;

7.2.4. Da habilitação ou inabilitação caberá recurso na forma da Lei licitatória;

7.2.5. Havendo desistência expressa e pessoal de todas as licitantes do direito de interpor recursos quanto ao resultado da análise supra, que constará em ata, a Comissão Permanente de Licitações procederá na mesma sessão ou em outra que vier a ser fixada, a abertura dos envelopes seguintes, exclusivamente das licitantes habilitadas;

7.2.6. Não havendo concordância quanto à desistência de recursos, ou ausente alguma das licitantes, o resultado da análise será divulgado por meio de publicação na Imprensa Oficial do Município qual seja o quadro de avisos da Sede da Prefeitura e no IMPRENSA NACIONAL” e, a partir da data da última publicação, se iniciará o prazo recursal;

7.2.7. No caso de abertura de prazo recursal, os demais envelopes ainda não abertos, serão rubricados pelas licitantes, seus representantes, bem como pela própria Comissão Permanente de Licitações, que os guardará até fruir o prazo e o início da próxima sessão;

7.2.8. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para a sua interposição, será designada nova data para sessão da abertura dos envelopes seguintes, ocasião em que serão devolvidos às participantes inabilitadas que estiverem presentes seus respectivos envelopes, devidamente fechados/lacrados;

7.2.9. Decorrido o prazo de 30 dias da publicação da homologação do certame, os envelopes das empresas inabilitadas que não forem retirados serão permanentemente inutilizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

7.3. A abertura dos envelopes de **nº 02 - Proposta Comercial** se dará em sessão pública, e seu conteúdo será examinado e rubricado pelas licitantes ou seus representantes, desde que presentes e credenciados, bem como pelos membros da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, sendo que:

7.3.1. O critério de julgamento das propostas será o de “**MAIOR OFERTA**”;

7.3.2. Serão consideradas para o julgamento apenas as propostas comerciais cotadas visando o pleno atendimento do objeto deste edital, devendo ser observada a consonância com o valor estimado da Licitação;

7.4.3. Primeiramente será efetuada análise das propostas comerciais para verificação de sua conformidade de acordo com os critérios constantes no **Anexo II**.

7.4.4. Após a avaliação das propostas comerciais, a Comissão Permanente de Julgamento de Licitações procederá à classificação das licitantes, de acordo com a ordem de classificação das propostas.

7.4.5 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.5. Da classificação ou desclassificação, caberá recurso na forma da Lei Licitatória.

7.6. Na hipótese de ocorrer a inabilitação de todas as licitantes ou a desclassificação de todas as propostas, fica facultado à Comissão Permanente de Julgamento de Licitações fixar o prazo de oito dias úteis para que estas apresentem nova documentação ou novas propostas, em conformidade com o estabelecido no artigo 48, § 3º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

8. CRITÉRIO DE DESEMPATE: Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio público

9- RECUROS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.1. O prazo recursal será contado a partir da data da ciência inequívoca por parte de todas as licitantes, sendo que:

9.1.1. As licitantes poderão desistir da interposição de recurso, o que somente surtirá efeitos no caso em que todas estiverem presentes à sessão de julgamento do conteúdo dos envelopes;

9.1.2. Não havendo concordância quanto à desistência de interposição de recurso, o prazo será contado já a partir da data da própria sessão de julgamento dos conteúdos dos envelopes, caso todas as licitantes estejam presentes;

9.1.3. Se ausente alguma das licitantes na sessão de julgamento dos conteúdos dos envelopes, o resultado dessa análise será divulgado por meio de publicação na Imprensa Oficial do Município, qual seja, o quadro de avisos da Prefeitura e, a partir da data da última publicação, se iniciará o prazo recursal.

9.2. No caso de abertura de prazo recursal referente à documentação de habilitação, deverá também ser observado que:

9.2.1. Os demais envelopes ainda não abertos (referentes às Propostas Comerciais) serão rubricados pelos representantes das licitantes, desde que credenciados, bem como pelos membros da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, que os guardará até decorrer o prazo e o início da próxima sessão;

9.2.2. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para a sua interposição, será designada nova data para a sessão da abertura dos envelopes seguintes, ocasião em que serão devolvidos às participantes inabilitadas que estiverem presentes seus respectivos envelopes, devidamente lacrados.

9.3. Será franqueado aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos até seu término, vista aos autos do processo desta licitação, em local e horário a serem indicados pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações.

9.4. O recurso será endereçado à própria Comissão Permanente de Julgamento de Licitações e protocolado junto ao Departamento de Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Munhoz



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

na Praça José Teodoro Serafim, 400, Centro, Munhoz- MG, ou por correio contando a data de recebimento do correio.

9.5. O prazo para interposição do recurso será de 05 (cinco) dias úteis, findo o qual as demais licitantes serão comunicadas de sua existência, abrindo-se prazo de 5 (cinco) dias úteis para eventual impugnação a esse recurso.

9.6. Decorrido o prazo supra, a Comissão Permanente de Julgamento de Licitações terá até 5 (cinco) dias úteis para manter ou reconsiderar sua decisão.

9.7. Uma vez tomada a decisão, o recurso será encaminhado à autoridade superior para homologar ou não essa decisão, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

9.8. A intimação das decisões relativas aos recursos, por se tratar de ato de interesse somente das licitantes, serão comunicadas diretamente a estas por qualquer via apta a esse fim, desde que se comprove a certeza de seu recebimento pela destinatária.

9.9. Serão considerados os recursos encaminhados por intermédio de correio ou através de e-mail, aqueles corretamente apresentados, mas, recebidos intempestivamente ou em local distinto do indicado.

10. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

10.1. Uma vez que tenha decorrido o prazo para julgamento de eventuais recursos, ou, ainda, caso todas as licitantes tenham desistido de sua interposição, dar-se-á o encaminhamento dos autos da licitação à autoridade competente visando à homologação do procedimento e adjudicação de seu objeto, que será total.

11. CONTRATO

11.1. A contratação do objeto da licitação dar-se-á mediante assinatura de contrato, nos termos da minuta integrante deste edital (Anexo I), e dele fará parte, como se transcrito estivesse, bem como quaisquer outros documentos integrantes do procedimento licitatório e indispensáveis para plena compreensão do mesmo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

11.2. A licitante vencedora será convocada para, num prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o instrumento contratual referente à licitação.

11.2.1. A formalização do contrato dar-se-á nas dependências da Prefeitura Municipal de Munhoz, junto ao Departamento de Licitações.

11.3. Caso a licitante vencedora, injustificadamente, não aceite assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas, implicará na decadência do direito à contratação, ficando caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida com relação ao objeto da licitação (artigo 81, caput, Lei nº 8.666/93), sujeitando-se ainda à possibilidade de aplicação das penalidades previstas no Edital.

11.4. No caso de a licitante vencedora não comparecer para assinatura do contrato é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas à primeira classificada, ou revogar a licitação.

11.5.1. Para as licitantes convocadas nestas condições, em caso de recusa, não se aplicam as sanções previstas no item 11.3 supra.

11.6. Caberá à licitante vencedora indicar previamente seu representante legal, devidamente qualificado, com poderes para assinar o contrato, sendo que a documentação comprobatória ficará arquivada nos autos do processo licitatório, na Prefeitura Municipal de Munhoz.

11.7. Quando da contratação e no decorrer de sua execução, a licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas no processo licitatório.

11.8. Será de competência da Administração em até 05 (cinco) dias contados da data de assinatura do instrumento contratual, indicar expressamente nos autos da contratação o nome, matrícula e cargo do servidor constante em seu quadro funcional que ficará responsável como gestor e fiscal do contrato até sua final execução.

12. VIGÊNCIA CONTRATUAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

12.1. O serviço, objeto desta licitação, será prestado sob o regime de execução indireta, devendo ser executada em conformidade com descrito neste edital, respeitando, inclusive, os prazos ali fixados.

12.2. O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses, contados a partir de sua assinatura.

13. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. A fiscalização do serviço e do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo contratante, por meio de dois servidores, lotados na Secretaria Municipal da Fazenda e Secretaria Municipal de Administração, respectivamente, órgãos dotados dos mais amplos poderes para assegurar que o serviço esteja de acordo com o estipulado pelo presente Edital e disposições contratuais.

13.2. À fiscalização cabe:

- a) Registrar eventuais atos ou fatos que importem em descumprimento de cláusulas contratuais e condições previstas nestes Edital;
- b) julgar a qualidade dos serviços e propor a aplicação de penalidades em conformidade com o prescrito na Lei nº 8.666/93 e com o item 18, deste edital;

13.3. A fiscalização exercida pelo Contratante, nos termos dos subitens 13.1 e 13.2, não isenta a cessionária das responsabilidades previstas no Edital e no contrato.

13.4. Caso os serviços não atendam às exigências constantes do Edital e seus anexos, a fiscalização poderá solicitar ao setor competente o início de processo administrativo, para apuração da infração e aplicação da penalidade cabível

14. DO REPASSE/ PAGAMENTO:

14.1 A adjudicatária deverá depositar em conta bancária a ser indicada pelo Município, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato 30% (trinta por cento) do valor da proposta financeira e no dia do início da vigência do contrato o restante do valor, ou seja, mais 70% (setenta por cento) do valor da proposta financeira apresentada.

15. DOS ENCARGOS:

Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como qualquer outro decorrente de multas, responsabilidade civil e similares, com referência ao objeto do presente contrato, serão arcados pela contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA:

16.1. São obrigações da cessionária:

a.1) Instalar, no perímetro urbano do Município, posto ou agência de atendimento bancário com, no mínimo 01 (um) caixa de atendimento, pessoal interno para atendimento dos servidores e 01 (uma) máquina de atendimento eletrônico. O posto ou agência de atendimento deverá funcionar das 10 h às 15 h, ininterruptamente, nos dias úteis.

a.2) O prazo para a instalação do posto ou agência de atendimento bancário será de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato. Esse prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que solicitado pela parte durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;

b) Realizar os serviços de reforma, remodelação e instalação física, elétrica, lógica e de telefonia no local destinado à instalação do posto ou agência de atendimento, que deverá respeitar as normas referentes aos portadores de necessidades especiais;

c) Arcar com os custos da instalação dos postos ou agência de atendimento eletrônico;

d) Dispor de sistema informatizado compatível com o do Município, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e on-line, arcando com todas as despesas de adaptação, se necessárias;

e) Não transferir ou ceder as suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do Contratante;

f) Oferecer aos servidores municipais, sem a cobrança de qualquer tarifa, a cesta de serviços descrita no item 16.2 deste edital. Os demais serviços prestados pela instituição financeira, e voluntariamente contratados pelos servidores, poderão ser remunerados de acordo com a tabela de tarifas do banco;

16.2. A cesta de serviços, a que se refere a alínea f, do item 16.1, compreenderá, no mínimo, os seguintes produtos/serviços:

a) abertura e manutenção de conta corrente;

b) transferência, total ou parcial, dos créditos para outras instituições;

c) saques, totais ou parciais, dos créditos;

d) 01 (um) extrato mensal emitido em terminal eletrônico;

e) 25 (vinte e cinco) pagamentos diversos (caixas/autoatendimento);

f) fornecimento e manutenção de cartão magnético;

g) 01 (um) talão de cheques ao mês, com 20 (vinte) folhas, conforme análise de crédito realizada pela cessionária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

16.3. Para os servidores que optarem pela transferência total e automática dos créditos para outras instituições não será fornecido o cartão magnético e o talão de cheques, em atendimento ao disposto no art. 6º, §2º, da Resolução nº 3.424/06, do BACEN.

16.4. Deverão ser observadas ainda pela cessionária as Resoluções ou congêneres expedidas pelo BACEN ou leis que vierem a ser expedidas posteriormente e que forem de observância obrigatória pela instituição e que tenham correlação com a execução do objeto deste edital.

17. DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. Nos casos em que o servidor optar pela transferência de sua remuneração para conta bancária de outra instituição financeira, basta ao servidor formalizar essa opção junto à cessionária uma única vez, não sendo necessária a formalização nos meses seguintes.

17.1.1. Os valores a serem transferidos deverão estar à disposição, na conta bancária informada pelo servidor, na mesma data em que estiverem disponíveis na instituição financeira cessionária para os demais servidores do Município.

17.2. O licitante vencedor não poderá cobrar tarifas bancárias sobre as contas mantidas em nome do Município e a movimentação das mesmas, durante a vigência do contrato, bem como o pagamento dos servidores não implicará em qualquer custo ao ente público.

17.3. Os créditos a serem lançados nas contas correntes dos servidores, nos termos deste Edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento, gratificação natalina (décimo terceiro salário), férias, diárias e demais créditos originários do vínculo entre o servidor e o Município.

17.4. O Município enviará a relação nominal dos servidores, contendo os dados necessários para o pagamento, com antecedência de 03 (três) dias úteis, da data do crédito.

17.5. O Município determinará a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros no mesmo dia da seguinte maneira:

D-1 = data para ser repassado o arquivo.

D 0 = data da entrega dos recursos pelo Município para a Instituição Financeira Contratada.

D 0 = crédito na conta do servidor, disponível para saque.

O processamento do crédito deverá ser feito a contar da 24h de D0.

17.6. A Pirâmide Salarial (valor e quantidade de funcionários por faixa salarial), referente a março de 2023, é definida da seguinte forma:

FAIXA SALARIAL	Nº SERVIDORES EM CADA FAIXA
Até 1.302,00	08
1.302,01 até 1.999,00	105
1.999,01 até 2.999,00	159
2.999,01 até 3.999,00	39
Acima de 3.999,01	17

CNPJ 18.675.934/0001-99

E-mail: licitacaomunhoz2022@gmail.com com Telefax: (35) 3466-1393

Praça José Teodoro Serafim, 400 - Munhoz - MG - CEP 37.620-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Total bruto: R\$ 791.858,83 (setecentos e noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos);

Total líquido: R\$ 667.858,61 (seiscentos e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e um centavos).

18. DAS PENALIDADES

18.1. Multa de 1% (um por cento) do valor da proposta, por dia, em caso de atraso no repasse, de que trata o item 14.1 até o limite de 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução total do contrato.

18.1.1. Se ocorrer a inexecução total do contrato, na forma do item anterior, a multa será cumulada com a suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos.

18.2. Multa de 0,5 % (meio por cento) do valor do contrato, por dia, no caso de atraso no cumprimento das demais obrigações previstas no edital, limitado esta a 15 (quinze) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

18.2.1. Se ocorrer a inexecução contratual, na forma do item anterior, a multa será cumulada com a suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos.

18.3. A Administração poderá, em caso de cumprimento insatisfatório de qualquer das obrigações assumidas pelo particular, aplicar a penalidade de advertência, visando a correção das faltas apontadas.

18.3.1. Se a contratada, após o recebimento da Advertência, não corrigir as faltas apontadas ou, as tendo corrigido, voltar a cometê-las, a Administração aplicará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo, inclusive, proceder a rescisão do contrato.

18.4. Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de um ano, quando o contratado recusar-se a executar, sem justa causa, em parte, o objeto contratual.

18.5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de dois anos, quando o contratado recusar-se a executar, sem justa causa, a totalidade do objeto contratual.

18.6. Em qualquer caso, a rescisão do contrato, por culpa da contratada, implicará no perdimento, em favor do Poder Público, dos valores repassados ao Município. **18.7.** Se da infração ao contrato, pela contratada, decorrer dano patrimonial ao Município, será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar, aplicado de acordo com os critérios fixados nos itens anteriores;

19. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

19.1. Considerar-se-á extinto o Contrato ao término do prazo da cessão e, ainda, nas seguintes hipóteses, sempre garantindo ao Contratado o direito de ampla defesa:

- a) rescisão unilateral, por inexecução contratual, nos termos do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, ou por inadimplemento das obrigações financeiras por parte da cessionária, nos termos dispostos neste Edital e respectivo Contrato.
- b) anulação do presente procedimento licitatório e seu respectivo contrato.

20. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

20.1. A interposição de eventuais impugnações ao edital deverá observar o disposto no art. 41, §§ 1º e 2º, da Lei 8666/93, devendo ser encaminhadas à Comissão Permanente de Julgamento de Licitações e protocoladas junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Munhoz dentro do horário normal de expediente, no e-mail licitacaomunhoz2022@gmail.com ou por correio contando a data de recebimento do correio.

20.1.1. Será franqueada aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de impugnações até seu término, vista aos autos do processo desta licitação, em local e horário a serem indicados pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações;

20.1.2. Para efeitos de contagem do prazo para impugnação será considerada licitante toda e qualquer empresa que, tendo ou não retirado o edital, possua condições de atender o objeto licitado;

20.1.3. A impugnação interposta por licitante, nos termos da Lei Licitatória, deverá ser protocolada junto ao Departamento de Licitações, no endereço já indicado, e-mail ou por correio, em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação;

20.1.4. Qualquer cidadão, desde que tenha adequado fundamento, também é parte legítima para apresentar impugnação ao presente edital, devendo protocolizar seu pedido em até 5



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

(cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, sendo que, neste caso, a resposta à impugnação será encaminhada em até três dias úteis;

20.2. A interposição de impugnação por licitante não a impedirá de participar do certame, possuindo efeito suspensivo apenas no tocante aos atos que estejam diretamente relacionados à matéria impugnada.

20.3. Serão consideradas impugnações encaminhadas por intermédio de correio ou através de e-mail, aquelas corretamente apresentadas, mas recebidas intempestivamente ou em local distinto do supra-indicado.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A Administração poderá a qualquer momento revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.2. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

21.3. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de quaisquer outros meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe o artigo 93 da Lei 8.666/93.

21.4. Qualquer tentativa de uma licitante influenciar, por meios ilícitos ou desonrosos, a Comissão de Licitação no processo de julgamento das Propostas resultará na sua desclassificação.

21.5. Antes do aviso oficial do resultado desta licitação não serão fornecidas, a ninguém, quaisquer informações referentes à adjudicação do contrato ou à análise, avaliação ou comparação entre as propostas.

21.6. As licitantes respondem pela fidelidade e legitimidade dos documentos apresentados nas diversas fases do processo licitatório.

21.7. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da publicação da homologação do certame, a Administração providenciará a destruição dos envelopes e documentos que não tenham sido retirados pelas licitantes não habilitadas/classificadas.

21.8. Na contagem de prazos, tanto para fins de licitação quanto para fins de contratação, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, observado o seguinte:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

21.8.1. Serão sempre considerados dias consecutivos, exceto quando expressamente haja disposição em contrário;

21.8.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente nas dependências da Prefeitura de Munhoz;

21.8.3. O mesmo princípio será aplicado para os casos de contagem regressiva de prazos, devendo ser considerado como horário limite o fim do expediente do dia imediatamente anterior ao do final dessa contagem.

21.9. Os autos da licitação são públicos, sendo também públicos todos os atos relativos ao procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas até a respectiva abertura.

21.9.1. Será franqueada vista dos autos a qualquer interessado sempre que os mesmos estiverem disponíveis para tanto no Departamento de Licitações.

21.9.2. Eventual pedido para extração de cópias somente será analisado quando a solicitação for efetuada por escrito com as devidas justificativas, devendo a mesma ser encaminhada à Comissão Permanente de Licitações.

21.10. O veículo oficial de divulgação da Administração é Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Munhoz.

21.10.1. Ressalvadas as decisões cuja publicação na Imprensa Oficial seja obrigatória, a critério da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações tais decisões poderão também ser divulgadas da seguinte forma:

a) nas sessões de abertura de envelopes;

b) por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas licitantes.

21.11. Os casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, em especial à assessoria jurídica, e quando necessário serão ratificadas pela autoridade superior.

21.12. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, foi expedido o presente Edital que será publicado no local de costume, e de forma resumida, na Imprensa Nacional.

21.13. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

21.14. Fazem parte integrante deste Edital o



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Anexo I – Minuta de Contrato

Anexo II - Modelo de Formulário de Apresentação de Proposta.

21.15. Prevalecerão os termos da Lei Federal nº 8.666/1993 e demais legislações em vigor, no que o edital for omissivo.

21.16. O Edital está à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Munhoz, sito à Praça José Teodoro Serafim, 400, Centro da cidade de Munhoz-MG, em horário de expediente

Munhoz-MG, 31 de março de 2023.

Dorival Amâncio Froes
PREFEITO MUNICIPAL

Wesley Felipe Amâncio
Secretário de Finanças

Equipe de apoio

Luciene Cândida da Silva

Diego da Silva Lourenço

Izolina Dina Garcia



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA DA FOLHA DE PAGAMENTO

Contrato nº xxx/2023

Origem: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2023

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2023

O **MUNICÍPIO DE MUNHOZ**, Executivo Municipal, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.934/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício Sr. Otávio Luiz de Souza brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF/MF sob o nº 813.993.166-72, , a seguir denominada de simples Contratante e de outro lado, **BANCO XXXX**, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente **CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA DA FOLHA DE PAGAMENTO** decorrente de PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO nº 105/2023, realizado na MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº. 006/2023, tipo **MAIOR OFERTA**, conforme o disposto na Lei 8.666/93, e suas alterações, e com as Resoluções nº 3.402/06, nº 3.424/06 e Circular nº 3.522/11, do Banco Central do Brasil – BACEN, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação Constitui objeto da presente licitação a seleção de instituição financeira oficial para a cessão onerosa do direito de efetuar o pagamento da folha dos servidores públicos do Município, incluindo-se o serviço de realizar o pagamento dos servidores públicos municipais, ativos e inativos, estatutários, celetistas e contratados temporários, da Administração Direta, em número aproximado de 328 (trezentos e vinte e oito) funcionários podendo ocorrer variações, para mais ou para menos, ao longo do período do contrato, podendo ocorrer variações para mais ou para menos, ao longo do período do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO DO OBJETO:

2.1. A CONTRATADA pagará pelo objeto do contrato, a quantia total de **XXXXXX**.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

CNPJ 18.675.934/0001-99

E-mail: licitacaomunhoz2022@gmail.com com Telefax: (35) 3466-1393

Praça José Teodoro Serafim, 400 - Munhoz - MG - CEP 37.620-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.1. A contratada deverá depositar em conta bancária a ser indicada pelo Município, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato 30% (trinta por cento) do valor da proposta financeira e no dia do início da vigência do contrato o restante do valor, ou seja, mais 70% (setenta por cento) do valor da proposta financeira apresenta.

CLÁUSULA QUARTA - DA ORIGEM E DA VIGÊNCIA-

4.1. O presente Contrato teve origem no Processo Licitatório na modalidade Concorrência Pública nº 006/2023, com resultado homologado pelo Senhor Prefeito Municipal em XXXXX/2023.

4.2. O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses contados de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

5.1.DO MUNICÍPIO – São obrigações do cedente:

5.1.1 A fiscalização do serviço e do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelo contratante, por meio de dois servidores, lotados na Secretaria Municipal da Fazenda e Secretaria Municipal de Governo, respectivamente, órgãos dotados dos mais amplos poderes para assegurar que o serviço esteja de acordo com o estipulado pelo presente Edital e disposições contratuais.

5.1.2 À fiscalização incumbe:

a) registrar eventuais atos ou fatos que importem em descumprimento de cláusulas contratuais e condições previstas neste Edital;

b) julgar a qualidade dos serviços e propor a aplicação de penalidades em conformidade com o prescrito na Lei nº 8.666/93 e com o item 18, deste edital;

5.1.3. A fiscalização exercida pelo Contratante, nos termos dos itens 1 e 2, não isenta a cessionária das responsabilidades previstas no Edital e no contrato.

5.1.4. Caso os serviços não atendam às exigências constantes do Edital e seus anexos, a fiscalização poderá solicitar ao setor competente o início de processo administrativo, para apuração da infração e aplicação da penalidade cabível.

5.2. DA CESSIONÁRIA - São obrigações da cessionária

5.2.1. Dispor de sistema informatizado compatível com o do Município, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e on-line, arcando com todas as despesas de adaptação, se necessárias;

5.2.2. Não transferir ou ceder as suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do Contratante;

5.2.3. Oferecer aos servidores municipais, **sem a cobrança de qualquer tarifa**, a cesta de serviços:

a) abertura e manutenção de conta corrente;

CNPJ 18.675.934/0001-99

E-mail: licitacaomunhoz2022@gmail.com com Telefax: (35) 3466-1393

Praça José Teodoro Serafim, 400 - Munhoz - MG - CEP 37.620-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

- b) transferência, total ou parcial, dos créditos para outras instituições;
- c) saques, totais ou parciais, dos créditos;
- d) 01 (um) extrato mensal emitido em terminal eletrônico;
- e) 25 (vinte e cinco) pagamentos diversos (caixas/autoatendimento);
- f) fornecimento e manutenção de cartão magnético;
- g) 01 (um) talão de cheques ao mês, com 20 (vinte) folhas, conforme análise de crédito realizada pela cessionária.

5.2.3.1. Os demais serviços prestados pela instituição financeira, e voluntariamente contratados pelos servidores, poderão ser remunerados de acordo com a tabela de tarifas do banco;

5.2.4. Se ao longo da vigência do contrato, tornar-se necessária a instalação de mais equipamentos de atendimento eletrônico, A CESSIONÁRIA deverá providenciá-las no prazo máximo de 90 (noventa dias) a contar da notificação efetuada pelo Contratante;

5.2.5. Para os servidores que optarem pela transferência total e automática dos créditos para outras instituições não será fornecido o cartão magnético e o talão de cheques, em atendimento ao disposto no art. 6º, § 2º, da Resolução nº 3.424/06, do BACEN.

CLÁUSULA SEXTA - CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Nos casos em que o servidor optar pela transferência de sua remuneração para conta bancária de outra instituição financeira, basta ao servidor formalizar essa opção junto à cessionária uma única vez, não sendo necessária a formalização nos meses seguintes.

6.2. Os valores a serem transferidos deverão estar à disposição, na conta bancária informada pelo servidor, na mesma data em que estiverem disponíveis na instituição financeira cessionária para os demais servidores do Município.

6.3. A cessionária não poderá cobrar tarifas bancárias sobre as contas mantidas em nome do Município e a movimentação das mesmas, durante a vigência do contrato, bem como o pagamento dos servidores não implicará em qualquer custo ao ente público.

6.4. Os créditos a serem lançados nas contas correntes dos servidores, nos termos deste Edital, serão os valores líquidos das folhas de pagamento, gratificação natalina (décimo terceiro salário), férias e demais créditos originários do vínculo entre o servidor e o Município.

6.5. O Município enviará a relação nominal dos servidores, contendo os dados necessários para o pagamento, com antecedência de 02 (dois) dias úteis, da data do crédito.

6.6. O Município determinará a data dos créditos, disponibilizando os recursos financeiros no mesmo dia da seguinte maneira:

D-1 = data para ser repassado o arquivo.

D 0 = data da entrega dos recursos pelo Município para a Instituição Financeira Contratada.

D 0 = crédito na conta do servidor, disponível para saque.

O processamento do crédito deverá ser feito a contar da 24h de D0.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.7. A Pirâmide Salarial – Número de Funcionários e faixa funcional:

FAIXA SALARIAL	Nº SERVIDORES EM CADA FAIXA
Até 1.302,00	08
1.302,01 até 1.999,00	105
1.999,01 até 2.999,00	159
2.999,01 até 3.999,00	39
Acima de 3.999,01	17

6.8. Total bruto: R\$ 791.858,83 (setecentos e noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos);

Total líquido: R\$ 667.858,61 (seiscentos e sessenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e um centavos).

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) Multa de 1% (um por cento) do valor da proposta, por dia, em caso de atraso no repasse do pagamento, de que trata a cláusula quarta, até o limite de 05 (cinco) dias, após o qual será considerado inexecução total do contrato.

b) Se ocorrer a inexecução total do contrato, na forma do item anterior, a multa será cumulada com a suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos).

c) Multa de 0,5 % (meio por cento) do valor do contrato, por dia, no caso de atraso no cumprimento das demais obrigações previstas no edital, limitado esta a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;

d) Se ocorrer a inexecução contratual, na forma do item anterior, a multa será cumulada com a suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos.

e) A Administração poderá, em caso de cumprimento insatisfatório de qualquer das obrigações assumidas pelo particular, aplicar a penalidade de advertência, visando a correção das faltas apontadas.

f) Se a contratada, após o recebimento da Advertência, não corrigir as faltas apontadas ou, as tendo corrigido, voltar a cometê-las, a Administração aplicará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, podendo, inclusive, proceder a rescisão do contrato.

g) Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de um ano, quando o contratado recusar-se a executar, sem justa causa, em parte, o objeto contratual.

h) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de dois anos, quando o contratado recusar-se a executar, sem justa causa, a totalidade do objeto contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

i) Em qualquer caso, a rescisão do contrato, por culpa da contratada, implicará no perdimento, em favor do Poder Público, dos valores repassados ao Município.

j) Se da infração ao contrato, pela contratada, decorrer de danos patrimonial ao Município, será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar, aplicado de acordo com os critérios fixados nos itens anteriores;

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 Considerar-se-á extinto o Contrato ao término do prazo da cessão e, ainda, nas seguintes hipóteses, sempre garantindo ao Contratado o direito de ampla defesa:

a) rescisão unilateral, por inexecução contratual, nos termos do artigo 78, da Lei nº 8.666/93, ou por inadimplemento das obrigações financeiras por parte da cessionária, nos termos dispostos neste Edital e respectivo Contrato.

b) anulação do presente procedimento licitatório e seu respectivo contrato.

Parágrafo Primeiro - Quando a rescisão ocorrer por culpa do MUNICÍPIO, será a CONTRATADA ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Parágrafo Segundo - Quando a rescisão ocorrer por culpa da CONTRATADA, além das sanções previstas no Edital e contrato, sofrerá esta as consequências previstas em lei ou regulamento atinente à matéria.

CLÁUSULA NONA - DA BASE LEGAL -

9.1. O presente Contrato é regido em todos os seus termos pela Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, Constituição Federal, Lei Municipal nº 728/2017, com as Resoluções nº 3.402/06, nº 3.424/06 e Circular nº 3.522/11, do Banco Central do Brasil – BACEN e demais normas reguladoras da matéria; os casos omissos aplica-se o disposto na Lei 8.666/93, este contrato está vinculado às disposições no Edital de Concorrência Pública nº 006/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO -

10.1 As partes contratantes elegem como Foro a Comarca de Bueno Brandão-MG, para a composição de eventuais lides decorrentes deste contrato, que não puderem ser decididas nas vias administrativas, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

Quaisquer erros ou imperícias verificados na execução dos serviços contratados pelo MUNICÍPIO obrigarão a CONTRATADA, a sua conta e risco, corrigir ou refazer, sem prejuízo de ação regressiva contra aqueles que tiverem dado causa.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente contrato em 03 (TRES) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Local e Data.

Contratante

Contratada



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Testemunhas:

ANEXO II MODELO DE FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2023 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2023

A/C Comissão de Licitação Referente à Concorrência nº ____ - _____.
_____, estabelecida na _____, cidade
_____, Estado do _____, CNPJ nº
_____ neste ato representada por seu(s) sócio(s)-
gerente(s)/presidente(s), diretor(es), Sr.(a) _____,
portador(es) de cédula de identidade nº(s) _____,
CPF nº(s) _____, apresenta abaixo sua proposta financeira para
Cessão onerosa do direito de efetuar o pagamento da folha dos servidores públicos do
Município de Munhoz-MG, com exclusividade pelo período de 60 (sessenta) meses, contados a
partir da assinatura do contrato, e prestar todos os serviços indicados no Edital da
Concorrência Pública nº 006/2023, ofertamos o valor líquido de R\$ _____
(_____), a ser depositado em favor do Município de
Munhoz-MG, nos termos previstos no Edital, em conta a ser informada pela Secretaria
Municipal da Fazenda. _____, _____ de _____, de _____.
_____.

Validade da proposta: 90 (noventa dias)

(assinatura do dirigente da empresa)